

O peso da nova agenda do Congresso

por Márcio Choer
de Brasília

Dívida externa, Constituinte, reforma tributária, eleições municipais e a desagregação partidária, agravada pelo surgimento de inúmeras novas legendas são os tópicos que aguardam pelos congressistas a partir da semana que vem. A reabertura dos trabalhos legislativos, ontem, foi marcada pela absoluta falta de quórum nas quatro sessões ordinárias do dia: a da Câmara, a do Senado e as duas sessões conjuntas.

MENSAGEM

Para segunda-feira, porém, já está programada a leitura da mensagem presidencial que propõe a instalação da Assembleia Nacional Constituinte no início de janeiro de 1987. O relator da comissão mista que examinará a matéria, revelou ontem o líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, será um deputado do PMDB. A presidência da comissão, dessa forma, caberá a um senador do PDS, de acordo com a prática parlamentar.

Indagado se prevê turbulências com a reabertura do Congresso, o presidente José Sarney, que ontem despachou no Ministério da Aeronáutica, respondeu que prevê bons tempos: "O País já volta à normalidade sem perigos de convulsão social". Na Câmara, o seu líder lhe fez eco: "Vencemos a fase de constatação e perplexidade", garantiu o deputado, "agora poderemos dar com mais naturalidade todo o apoio que o governo que elegemos necessita".

Preocupado, porém, está o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães. O atual regimento da casa foi criado em plena vigência do bipartidarismo. A partir de 1982, a Câmara foi repensada e redividida para cinco legendas, mas o regimento continuou o mesmo, deixando-se de lado, porém, alguns dispositivos. Hoje, a existência de deputados em onze legendas não é o que mais assusta Ulysses Guimarães. A extinção das fronteiras partidárias e a livre criação de novas legendas permitem que inúmeras novas agremiações surjam e recebam parlamentares, que passariam a ser líderes de si próprios no Congresso.

TEMAS POLÍTICOS

Para tratar desse assunto, o líder do PDS, Prisco Viana, que representa os 140 deputados de sua bancada, procurou ontem o presidente da Câmara. "A excessiva liberalização partidária", disse Prisco Viana, "põe em risco até mesmo o processo político."

Da conversa entre o pemedebista e o pedessista surgiu uma fórmula: "Na votação da nova lei orgânica dos partidos corrigiremos isto".

Ao lado dos candentes temas econômicos, como a dívida externa, o novo Plano de Desenvolvimento Nacional (PND) e a reforma tributária, predominarão também os temas políticos. Igualmente cindidos em bem definidas correntes, o PMDB e o PDS tentarão eleger seus novos dirigentes sem desagregar-se. Contra esse objetivo, em

todo o País, as eleições municipais contribuirão para exaltar os ânimos.

Desse tumulto pode surgir até mesmo uma tentativa de reduzir o mandato do presidente Sarney. A possibilidade de uma emenda nesse sentido é admitida pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra. "A sua aprovação, contudo, seria descabida." O ministro entende que "o atual governo foi formado em um contexto de transição" e, até que se decida uma questão que se antepõe — a da adoção ou não do sistema parlamentarista —, falar em duração de mandato seria ocioso. E "essa dúvida", concluiu Lyra, "só a Constituinte pode eliminar".